



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE
Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

PROCESSO: 0110/20

UNIDADE: Prefeitura Municipal de Cujubim

INTERESSADOS: Nisseli Cristiny Viladorte de Medeiros e Layanne dos Reis Fernandes

ASSUNTO: Análise da legalidade de ato de admissão – Concurso Público Edital n. 001/2018.

RESPONSÁVEL: Pedro Marcelo Fernandes Pereira – Prefeito do Município de Cujubim

RELATOR: Conselheiro Substituto – Omar Pires Dias

RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Trata o presente processo sobre exame da legalidade do ato de admissão de pessoal decorrente de concurso público deflagrado pela Prefeitura de Cujubim, regido pelo Edital Normativo n. 001/2018, com vistas à aferição do estrito cumprimento às disposições dadas pelo art. 37, II e XVI da Constituição Federal e art. 22 da Instrução Normativa n. 13/TCER-2004, para fins de registro por esta Corte de Contas, nos termos do disposto no artigo 71, III, da Constituição da República de 1988.

2. ANÁLISE

2.1 – DADOS DO CONCURSO

Edital Normativo n.:	001/2018
Imprensa Oficial n./Data:	Ausente
Jornal de Grande Circulação/Data:	Ausente
Edital de Resultado Final:	001/2018
Imprensa Oficial n./Data:	Ausente
Jornal de Grande Circulação/Data:	Ausente
Regime Jurídico:	Estatutário

2.2. DA ANÁLISE DOS ATOS DE ADMISSÃO

Empreendida análise dos atos admissionais integrantes dos presentes autos, constatou-se atos de admissão regulares com ressalva, sendo forçoso condicionar o registro ao saneamento das irregularidades apontadas neste relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE

Diretoria de Controle de Atos de Pessoal

2.3. ATOS ADMISSIONAIS REGULARES COM RESSALVA

Empreendida análise do ato admissional integrante dos presentes autos, referente as servidoras **Nisseli Cristiny Viladorte de Medeiros** e **Layanne dos Reis Fernandes**, constatou-se impropriedades relativas às exigências previstas no art. 22, I, alíneas “b”, “b”, “d”, e “e” da Instrução Normativa n. 13/TCER-2004, a saber: ausência de cópia do edital de convocação, ausência de cópia do edital de resultado final, ausência de cópia do ato de nomeação e ausência de cópia do edital inicial do concurso público.

Tabela I – Atos Admissionais Regulares com Ressalva

<i>Processo n/Ano</i>	<i>Págs.</i>	<i>Nome</i>	<i>CPF</i>	<i>Cargo</i>	<i>C.H.</i>	<i>C.L.</i>	<i>Data da Posse</i>
0110/20	20,21,24	Nisseli Cristiny Viladorte de Medeiros	017.839.692-37	Enfermeiro	40h	9º	05/12/2019
	26,27,28	Layanne dos Reis Fernandes	015.691.962-14	Nutricionista	40h	1º	17/12/2019

Assim, tais atos admissionais referentes as servidoras **elencadas na Tabela I**, embora presumidos regulares, devem ter a concessão de registro condicionada à apresentação dos documentos aptos a suprir as irregularidades detectadas.

3. CONCLUSÃO

Após análise dos documentos que instruem os autos, constatada as irregularidades quanto aos atos admissionais das servidoras **elencadas na Tabela I**, descritos no subitem 2.3, se faz forçoso o encaminhamento de documentação apta a demonstrar a regularidade, a fim de que seja empreendida análise conclusiva quanto legalidade.

4. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Por todo o exposto, submetem-se os presentes autos ao eminente Relator, sugerindo, como proposta de encaminhamento, a adoção das seguintes providências:

4.2 – Determinar ao gestor da Prefeitura Municipal de Cujubim que encaminhe a esta Corte de Contas os documentos aptos a sanear ou justificar, a irregularidades **indicadas no subitem 2.3** desta peça técnica, qual seja, cópia do edital de convocação, cópia do edital inicial do concurso público, cópia do edital de resultado final e cópia do ato de nomeação.

Em face de todo o exposto, submete-se o presente relatório ao excelentíssimo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE
Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

Conselheiro Relator, para apreciação e deliberação.

Porto Velho-RO, 17 de janeiro de 2020.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

Michel Leite Nunes Ramalho

Coordenador Especializado em Atos de Pessoal

Cad. 406

Em, 17 de Janeiro de 2020



Assinado Eletronicamente

Embasamento legal: art. 1º da Lei Federal 11.419/06; art. 58-C da Lei Complementar 799/14 c/c art. 4º da Resolução 165/14 do TCERO.

MICHEL LEITE NUNES RAMALHO

Mat. 406

COORDENADOR DA COORDENADORIA

ESPECIALIZADA DE CONTROLE

EXTERNO 4